

Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

Sr. Presidente, Senhora e Senhores Membros do Governo

Sendo esta a primeira vez que nesta legislatura subo a esta tribuna para usar da palavra permitam-me, em primeiro lugar, saudar todos e cada um de vós e desejar que possamos trabalhar todos, com o mesmo empenho e dedicação para o desenvolvimento da nossa Região.

Encontramo-nos hoje a analisar e a debater o programa do IX Governo Regional dos Açores. Programa esse que, no essencial, mantém o veiculado pelo programa eleitoral do Partido Socialista que, no dia 17 de Outubro último, obteve o voto favorável de sessenta mil eleitores. Cinquenta e sete por cento dos eleitores que participaram na votação deram o seu voto favorável a este programa. É por isso de toda a justiça que quando chegar a hora da sua votação, nesta casa mãe da Autonomia, o mesmo seja votado favoravelmente.

Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

Sr. Presidente, Senhora e Senhores Membros do Governo

O programa do IX Governo consagra, tal como o VII e o VIII fizeram, a habitação como um sector de primordial importância. Outra coisa não seria de esperar uma vez que, segundo a Constituição da República, “todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar”.

O documento hoje em discussão na sua página 178 evidencia esses dados apresentando-nos alguns números, no que se refere aos apoios concedidos até 96, de 97 a 2000 e de 2000 a 2004. Comparando esses dados podemos constatar que se no VII Governo já houve um aumento nos apoios concedidos, no VIII nota-se ainda um maior investimento do Governo nesta área. Para além dos apoios concedidos directamente às famílias, os VII e VIII Governos Regionais apoiaram as Câmaras Municipais através de protocolos assinados, com vista à erradicação de barracas nos Açores. Em S. Miguel foram feitos acordos com as Câmaras de Ponta Delgada, Lagoa, R. Grande e V. F. do Campo para a construção de 540 fogos; na Terceira com as Câmaras de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória para a construção de 592 fogos; e na Graciosa com a Câmara de Santa Cruz para a construção de 10 fogos (de referir que estes 10 fogos são para resolver uma situação que deriva do sismo de 1980) o que perfaz 1142 fogos, num investimento total de sessenta e cinco milhões de euros, dos quais 37 milhões estão a cargo da Região e 28 milhões a cargo do INH.

Alguns destes Municípios têm o programa de erradicação de barracas praticamente executado. Infelizmente nem todos trabalharam com o mesmo ritmo e com a mesma preocupação de dar uma habitação condigna a quem continua a viver em barracas, não tendo por isso concluído o programa. Não o concluíram enquanto foi possível, porque não entenderam fazê-lo, não o podem concluir desde 2002 já que o Governo da República decretou endividamento zero para as autarquias, mesmo para a construção de habitação social.

Na continuação desta política o programa do IX Governo Regional tem como objectivos:

- Garantir o acesso a uma habitação condigna,
- Acompanhar a crescente procura de habitação
- Promover a renovação e o reforço estrutural do parque habitacional regional, tornando-o mais apto, confortável e seguro e, conseqüentemente, menos vulnerável aos riscos naturais.
- Promover a recuperação de habitação degradada.

Segundo os censos de 2001 o parque habitacional da nossa Região era 47,6% anterior a 1960, e 70% dos edifícios não possuíam estruturas de betão armado, sendo por isso necessário um esforço no sentido destas condições das nossas habitações se irem alterando a fim de resistirem às calamidades a que estamos sujeitos.

Os protocolos firmados entre o Governo, o INH e as Câmaras Municipais, depois de concluídos irão melhorar as condições de habitabilidade de 1142 famílias, contudo ainda existem alguns casos por resolver, sendo por isso, necessário continuar a intervir nessa área.

Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

Sr. Presidente, Senhora e Senhores Membros do Governo

Nos VII e VIII Governos Regionais o sector das obras públicas teve um crescimento sem igual. Nos últimos anos foram efectuados investimentos de grande vulto em infra-estruturas e equipamentos colectivos, tendo gerado inúmeros postos de trabalho, e contribuído para o bem-estar da economia da região.

O Programa do IX Governo mantém a mesma linha de orientação pretendendo:

- Aumentar a qualidade e a competitividade global na fileira da construção civil e reduzir os índices de sinistralidade nesta actividade.
- Construir e/ou reabilitar infra-estruturas e equipamentos colectivos, necessários ao desenvolvimento económico-social sustentável da Região e aumentar a eficácia global da rede viária regional.

Nos últimos anos têm sido construídos e reabilitados inúmeros quilómetros das vias regionais, mas mesmo assim é necessário continuar a melhorar os pisos antigos. Ainda temos muitos quilómetros de estradas com piso colocado há mais de 20 anos, existindo outros colocados há menos de 10, mas que foram de tão má qualidade que se encontram a precisar urgentemente de serem reabilitados.

Na prevenção rodoviária este Governo propõe-se reduzir os índices de sinistralidade, criando uma estrutura técnica que visa o acompanhamento e o estudo dos indicadores da sinistralidade rodoviária na Região, assim como a articulação dos diferentes intervenientes na política de prevenção rodoviária, com especial destaque para o acompanhamento e execução do Plano Regional de Segurança Rodoviária.

Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

Sr. Presidente, Senhora e Senhores Membros do Governo

A política seguida pelos governos do Partido Socialista nas últimas Legislaturas, na área da protecção Civil, tem sido no sentido de se modernizar as infra-estruturas e os equipamentos necessários de forma a prevenir e atenuar o risco de catástrofes.

O IX Governo Regional propõe-se continuar a sua consolidação de modo a que todos os açorianos sejam agentes e beneficiários.

Do documento em discussão podemos realçar:

-Continuar a apoiar a elaboração dos planos municipais de emergência ainda em falta.

-Continuar a incrementar acções de formação e sensibilização da população na área da protecção civil e a atribuição de bolsa de estudos, tendo em vista a especialização de técnicos na área da protecção civil.

É urgente terminar os planos de emergência municipal, mas também é urgente que todas as escolas e edifícios públicos tenham os seus planos de emergência executados. Todos estes planos só terão razão de ser se forem periodicamente testados, pois todos os anos existem novos intervenientes em cada um destes locais.

Vivemos numa Região propícia a catástrofes, onde os sismos e as tempestades são frequentes.

Como se sabe, os sismos são das catástrofes mais devastadoras, a que o estado avançado da ciência não corresponde ainda ao desejo de se prever, quando e onde os sismos vão acontecer.

Tendo consciência de que durante o curto intervalo de tempo que dura um sismo cada pessoa terá que reagir por si, pois não haverá tempo para receber auxílio externo imediato, as medidas que cada cidadão adoptar poderão ditar a sua sobrevivência.

A actuação individual tem por isso um papel relevante e indispensável na segurança própria, na do grupo em que se integra, na da família e na da colectividade.

Assim, quanto maior for o conhecimento dos cidadãos em relação ao sistema de protecção civil, aos riscos inerentes ao espaço em que vivem e à

vulnerabilidade desse lugar, maior será a capacidade para colaborarem, na sua própria protecção e segurança, na daqueles que os rodeiam e na dos seus haveres, quer seja na prevenção, quer seja na acção rápida de socorro, em caso de catástrofe.

Educar para a segurança deve ser um processo de consciencialização, da necessidade de cada um de nós adquirir conhecimentos e um sentido de participação que nos leve, individual ou colectivamente, a ajudar a resolver os problemas actuais e impedir que os mesmos se repitam no futuro. As medidas de prevenção constituem a chave da segurança e são muitas vezes simples regras de bom senso.

A formação e a informação têm sido e têm de continuar a ser prioridades do Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores. É por isso necessário continuar com os “Cursos de Protecção Civil e Primeiros Socorros”, destinados a Docentes, a Auxiliares de Acção Educativa a funcionários das Casas do Povo e Juntas de Freguesia, e com projectos como “O Idoso em Segurança” e “Crianças em Segurança”.

Disse

Paulo Messias

Horta 2004/12/09